



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ECOFEMINISMO: UMA ANÁLISE TEMPORAL DAS TESES E DISSERTAÇÕES NO BRASIL

Marina de Castro Lima¹; Celina Padilha²; Yanina Micaela Sammarco³

¹PPGMADE-UFPR, mlima17@gmail.com

²PPGMADE-UFPR, celina.bp0609@gmail.com

³PPGMADE-UFPR, yanina@ufpr.br

GT 01: A COP 30 e os Estudos sobre Gênero, LGBTQIAPN+ e Povos Originários sob o enfoque ambiental

RESUMO

Diante da crise socioambiental, é urgente reavaliarmos nossa relação com o planeta. O ecofeminismo aparece como uma abordagem crítica e transformadora, ao demonstrar que as agressões feitas à natureza estão intimamente ligadas às sofridas por mulheres e grupos subalternizados. Esta pesquisa teve a finalidade de investigar a produção de teses e dissertações sobre ecofeminismo no Brasil em programas de pós-graduação *stricto sensu*, através de uma metodologia que combina aspectos qualitativos e quantitativos de forma exploratória, tendo como base uma revisão sistemática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os resultados mostram um aumento promissor do interesse acadêmico pelo ecofeminismo no Brasil a partir de 2021, o que nos leva a crer que essa expansão na produção científica ajuda a fortalecer uma outra maneira de entender a vida, fundamentada no cuidado, na solidariedade e na justiça socioambiental. Simultaneamente, ao criticar as desigualdades do sistema vigente, o ecofeminismo sugere alternativas mais éticas em relação aos seres e territórios.

Palavras-chave: ecofeminismo; teses; dissertações; Brasil.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Destaques (highlights)

- O primeiro trabalho de conclusão de pós-graduação *stricto sensu* sobre ecofeminismo no Brasil foi em 2003.
- A práxis ecofeminista está ganhando espaço no ambiente acadêmico.
- Poucas teses e dissertações sobre ecofeminismo têm como enfoque a crise climática.
- A perspectiva ecofeminista latino-americana se destaca nas teses e dissertações analisadas.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário global de ampliação do debate socioambiental, com especial ênfase em temas como crise climática, justiça socioambiental e ecológica, gênero e meio ambiente, a pesquisa científica e a produção de saberes têm papel fundamental na discussão, podendo influenciar a opinião pública e o fazer político, de modo a promover uma mudança de paradigma. A raiz da crise socioambiental está assentada nos padrões de consumo, em especial dos países do Norte; o neoliberalismo patriarcal promove a intensificação e surgimento de novas formas de violência contra a natureza, e não somente ela, mas também contra as mulheres, especialmente as do Sul Global. A desigualdade de gênero, no contexto da crise climática, acaba por afetar especialmente as mulheres no seu acesso a recursos naturais, a direitos humanos básicos, e na divisão de trabalho, estando elas mais suscetíveis à pobreza e à violência (Doley, 2025). Tendo em vista que o ecofeminismo é um movimento filosófico, político e social que propõe uma outra racionalidade socioambiental em tempos de mudanças urgentes, o objetivo deste trabalho é, a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), identificar e classificar quali-quantitativamente os trabalhos de conclusão desenvolvidos em nível de pós-graduação *stricto sensu* cujo tema fosse o ecofeminismo. Procuramos, assim, investigar o desenvolvimento e engajamento na produção de conhecimento acadêmico ecofeminista, fazendo uma análise sobre sua evolução no tempo e os principais temas de interesse para esse movimento.

Utilizado pela primeira vez em 1974, pela feminista francesa Françoise D'Eaubonne, o termo “ecofeminismo” se consolidou enquanto conceito e se popularizou a partir dos anos 1990 (Mies; Shiva, 2014). Suas vertentes são classificadas, segundo Alicia Puleo (2012), em clássica, pós-colonial, construtivista, teologia ecofeminista, filosófica e crítica, podendo elas

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

interseccionarem entre si. Dentre os aportes considerados ponto de partida do ecofeminismo está o entendimento de que a opressão imposta à natureza através da exploração predatória dos seus recursos está relacionada àquela sofrida pelas mulheres, e tem como fonte o sistema patriarcal, sendo que a denúncia recai especialmente sobre o pensamento hegemônico ocidental (Cf. Mies; Shiva, 2014; Siliprandi, 2000). As ecofeministas, portanto, apoiam-se na convicção de que o efeito da opressão exercida pelo homem sobre a mulher é um protótipo do que padece a natureza à raiz do progresso por ele engendrado, e que mulheres e natureza seriam dominadas e exploradas sem custo, beneficiando a acumulação de capital (Cunha-Giabbai, 1996, Siliprandi, 2000).

O ecofeminismo também parte da compreensão de que, na racionalidade ocidental, constituiu-se a associação dual histórica entre mulheres e natureza, enquanto os homens, em contrapartida, são associados à cultura, atributo desejável na racionalidade moderna (Plumwood, 1993). Ao escapar à lógica neoliberal e chamar a atenção para o que não é “economicamente relevante”, como a sustentação familiar e comunitária, as populações tradicionais, e a qualidade de todas as vidas, o ecofeminismo propõe uma outra racionalidade, à medida que contesta a “ordem mundial” e impõe críticas ao sistema desenvolvimentista, às instituições multilaterais e às relações verticais entre países, que perpetuam e acentuam injustiças socioambientais (Siliprandi, 2000). Essa racionalidade, ao passo que se ancora na luta por equidade de direitos e libertação das mulheres e de todos aqueles marginalizados pela lógica patriarcal, se preocupa em alcançar a verdadeira concepção do “outro”, advogando pela defesa da natureza, corpos, territórios e seus múltiplos saberes (Cf. Cunha-Giabbai, 1996). O ecofeminismo, portanto, tem função educadora intrínseca, à medida que se propõe a pensar em alternativas ao desenvolvimento que levem em conta a alteridade, a equidade de gênero, a justiça socioambiental e ecológica. É uma forma de educar socioambientalmente, prática que consiste em trazer à consciência o pensar político crítico, a importância da pluralidade epistemológica, e a ancestralidade, formando pessoas comprometidas com a valorização da vida em suas diversas expressões, evidenciando respeito por si mesmos, pelos demais e pelo planeta (Silva *et al.*, 2015; Ceccon, 2009).

Na América Latina, o ecofeminismo se desenvolveu de maneira peculiar. Os movimentos feministas latino-americanos pensam e partem de mulheres plurais, que são e existem de muitas formas em suas diferentes posições e marcadores sociais, contrastando a

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ideia de unicidade impressa em torno da categoria abstrata de uma mulher universal, muitas vezes reivindicada pelo feminismo *mainstream*, e que acaba por reproduzir estratégias coloniais (Kuhnen, 2020). Surgido no final dos anos 1980, o ecofeminismo latino-americano remonta a cinco séculos de resistência ao extrativismo e às diversas formas de opressão que se impõem sobre a América Latina desde 1492 (La Danta Las Canta, 2018). A partir da lógica decolonial, o movimento busca desconstruir o binômio “civilização/barbárie” atribuído, respectivamente, à Europa e América Latina, enquanto oferece resistência frente aos extrativismos, posicionando demandas de direitos sobre territórios e autonomia (Cunha-Giabbai, 1996; La Danta Las Canta, 2018). Propõe-se a discutir e fazer resistência frente aos processos patriarcais capitalistas e neoliberais que se impõem sobre territórios e naturezas, resgatando ideias originais como o tradicional amor indígena pela natureza, e enfatizando o conceito de “união”, tanto no sentido bolivariano, entre os povos latino-americanos, quanto no sentido harmônico entre todos os seres (Cunha-Giabbai, 1996; La Danta Las Canta, 2018; Ulloa, 2020).

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma metodologia quali-quantitativa exploratória para levantar parte da produção acadêmica brasileira que tem como tema o ecofeminismo. Para tanto, em junho de 2025, conduziu-se uma revisão sistemática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), selecionada como fonte primária devido à sua abrangência nacional e por oferecer acesso a teses e dissertações de programas de pós-graduação *stricto sensu*, refletindo o panorama atual do tema no Brasil. O filtro aplicado para a busca foi o verbete “Ecofeminismo”, e o resultado contemplou 114 trabalhos. Após fazermos uma primeira triagem e descartarmos algumas das teses e dissertações que, de fato, não correspondem ao ecofeminismo, ficamos com 105 trabalhos a serem analisados quali-quantitativamente a partir das seguintes categorias: a) proporção de trabalhos que se enquadram no recorte conceitual e geográfico do Ecofeminismo Latino-americano; b) linha do tempo do volume de produção de tese/dissertação sobre ecofeminismo, de acordo com o *site* da BDTD; c) contagem de autoria por sexo biológico; d) temas pesquisados; e) volume de produção por instituição e região. As análises qualitativas foram feitas a partir da leitura do resumo e das palavras-chave, e o critério

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de categorização escolhido foi o semântico (temático), seguindo o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir do levantamento e análise de dados realizados em junho de 2025, com base no publicado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre ecofeminismo, chegamos a resultados que nos possibilitam as seguintes discussões.

a) Teses e dissertações ecofeministas latino-americanas

Dentre os 105 resultados analisados, constatou-se que 79 (75,2%) correspondem a produções que partem do enunciado e prática ecofeministas latino-americanos. Os 26 (24,8%) trabalhos restantes referem-se ao ecofeminismo no sentido amplo, sem a especificidade latino-americana, ou partindo de outras conjunturas.

O alto número (75,2%) de teses e dissertações que tem como ponto de partida o pensamento ecofeminista latino-americano indica não somente o interesse das/dos pesquisadoras/es sobre nossa cartografia social latino-americana, mas demonstra a compreensão da importância de, enquanto pertencentes a este continente, ressignificarmos e trazermos para nossa experiência conceitos construídos em outros territórios e adequados a outras realidades que não a nossa. Este é um fundamento do pensamento crítico latino-americano, que busca, num movimento antropofágico - ou de incorporação ressignificante -, criar ou redefinir conhecimentos a partir de uma epistemologia crítica. Ou seja: questionar as categorias e procedimentos dos discursos científicos dominantes (no caso, o ecofeminismo anglosaxão ou *mainstream*) (Cf. Alimonda, 2017).

b) Linha do tempo da produção de teses/dissertações sobre ecofeminismo, de acordo com o site da BDTD

Conforme o Gráfico 1, o primeiro trabalho de conclusão de pós-graduação sobre ecofeminismo a figurar na BDTD foi defendido em 2003. Tal fato levanta questões quanto a seu ineditismo. Não haveria, anteriormente a essa data, nenhum trabalho de conclusão de pós-graduação sobre ecofeminismo, ou somente não foi digitalizado? É sabido que, no Brasil, a



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

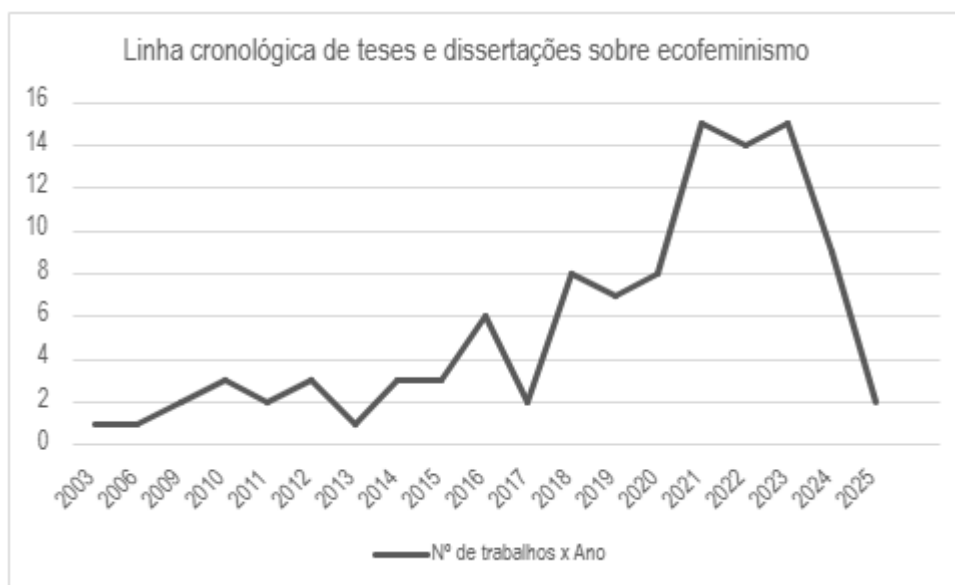
**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

institucionalização dos estudos sobre a mulher ocorreu no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, com a criação de núcleos de estudos, grupos de trabalho e eventos acadêmicos (Duarte, 2019). É muito provável, portanto, que anteriormente ao ano de 2003 já houvesse nesses espaços a discussão sobre gênero e meio ambiente. Todavia, o ecofeminismo enquanto campo conceitual se popularizou a partir da década de 1990 (Siliprandi, 2000), então é possível que o tema só tenha caído nas demandas do universo acadêmico a partir dos anos 2000, mas seriam necessárias pesquisas mais amplas para confirmar essa hipótese.

O Gráfico 1 também nos mostra uma tendência de crescimento na produção de teses/dissertações sobre ecofeminismo a partir de 2018, sendo que os anos mais expressivos foram de 2021 a 2023, demonstrando que a práxis ecofeminista está ganhando espaço no âmbito acadêmico. Perguntamo-nos até que ponto esse aumento de interesse não é uma forma de se fazer resistência à onda reacionária que se formou globalmente na última década, e que ameaça as conquistas no campo dos direitos humanos e das lutas socioambientais. O relatório de 2020 do Coletivo RPU, que realiza o monitoramento dos direitos humanos no Brasil através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas, nos mostra, justamente, que dentre os temas com maior número de retrocessos estão ‘gênero e sexualidade’, e ‘povos indígenas e meio ambiente’ (GIFE, 2020). Outro ponto que talvez tenha influência no aumento de interesse pelo ecofeminismo entre as/os pós-graduandas/os é o fato de que, desde 2018, movimentos contra a crise climática tomaram força no mundo todo, muitos liderados por mulheres, como Sônia Guajajara e Greta Thunberg.

Em 2025, no entanto, foram registrados apenas dois trabalhos de conclusão sobre o ecofeminismo, mas é possível que este número se modifique ao longo do ano. No Gráfico 1, pode-se conferir a cronologia de teses e dissertações defendidas, segundo a BDTD.

Gráfico 1 - Cronologia de teses e dissertações defendidas de 2003 a 2025, segundo a BDTD.



Fonte: Autoria própria.

c) Análise da escrita a partir do sexo biológico

Supõe-se que, do total de teses e dissertações analisadas, 97 (92,4%) foram escritas por mulheres e oito (7,6%) por homens, a julgar o sexo biológico através dos nomes identificados como masculinos e femininos das autoras e autores. Não nos é possível acessar o gênero com o qual se identificam, para fazermos uma análise nesses termos.

Já era esperado que o ecofeminismo tivesse mais apelo entre as mulheres, uma vez que aborda questões femininas, mas, na nossa compreensão, uma boa pesquisa não precisa partir necessariamente do olhar de quem vive a experiência. Assim, compreendemos de forma positiva o fato de pessoas do sexo masculino se conectarem com o debate ecofeminista, que envolve, ao fim e ao cabo, toda a sociedade. Claro que é importante que essas falas masculinas sejam situadas e contextualizadas em relação aos movimentos ecofeministas, para que não se caia no risco de representarem mais uma apropriação epistemológica da ciência masculina (Cf. Chassot, 2004).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

d) Temas de interesse para a produção acadêmica de teses e dissertações sobre o ecofeminismo no Brasil

O ecofeminismo tem como característica intrínseca o tangenciamento com vários temas e campos do conhecimento. Para entendermos as temáticas de interesse dos/as pesquisadores/as, concernentes ao ecofeminismo, analisamos criticamente os resumos e palavras-chave dos 105 trabalhos em questão. Chegamos a 24 arcabouços temáticos (Tabela 1), sendo que cada pesquisa dialoga diretamente com um ou mais deles.

A partir das palavras-chave e da análise dos resumos, entendeu-se que os 105 trabalhos se enquadram no escopo de 24 temas. Talvez este número seja maior, assim como a frequência de aparição dos temas, e adequações podem ocorrer a partir da futura análise das suas completudes. Para nós, embora os dados obtidos não se expressem numa precisão rigorosa, fica visível as áreas do conhecimento ou os campos de pesquisa nas quais mais se produz conteúdo relacionado ao ecofeminismo. Como podemos observar, os estudos culturais, ou seja, pesquisas sobre o patrimônio cultural, literatura, teatro, audiovisual etc., é onde mais vemos prevalecer as pesquisas ecofeministas. A seguir, estão temas relacionados ao direito, justiça socioambiental e ecológica, e recortes etno- raciais. Ao olharmos para a realidade brasileira, sua formação etno-racial diversa, seus abismos sociais e a relação dessas categorias com a questão ambiental e política, e produção de pobreza e injustiças, percebemos a importância e urgência do direcionamento de mais pesquisa para esses recortes.

Talvez cause espanto o fato de termos encontrado somente três trabalhos relacionando diretamente os temas ecofeminismo e crise climática, uma vez que esta questão está no centro dos principais debates socioambientais, e que, na Era do ‘Antropoceno patriarcal’, são as mulheres que sofrem desproporcionalmente os efeitos das alterações climáticas e que, ao mesmo tempo, estão na linha da frente da luta (Riquito, 2021). Mas, acreditamos que a emergência climática, por sua abrangência, também figure implicitamente nas pesquisas, ou que possa estar em algum ponto da discussão, mesmo que não enquanto elemento central.



Tabela 1 - relação de temas identificados nas teses/dissertações e frequência de aparição.

Temas	Nº de trabalhos
Estudos culturais	30
Direito e justiça socioambiental e ecológica	25
Raça e etnicidade	16
Teologia	11
Pós-colonialismo e decolonialidade	11
Agroecologia e biodiversidade	11
Educação ambiental	9
Filosofia e epistemologia	9
Mobilização social	8
Corpo e corpo-território	7
Alternativas ao desenvolvimento	6
Animalismo	5
Maternidade e reprodução da vida	5
Alimento e soberania alimentar	5
Urbanidades	4
Tecnologia	4
Saúde	4
Ciências políticas	4
Sexismo	3
Crise climática	3
Sustentabilidade	3
Gestão ambiental	2
Comunitarismo	2
Violência doméstica	1

Fonte: Autoria própria.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O conceito de ecofeminismo, desde sua base, relaciona a violência sofrida pelas mulheres àquela sofrida pela natureza, ambas de fonte patriarcal. Surpreende o fato de que somente um trabalho tenha como foco a violência doméstica, especialmente em um país de índices alarmantes de feminicídio e violência contra a mulher, como o Brasil. Segundo o último levantamento do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, há um aumento na violência não-letal contra mulheres. Os dados mais recentes, referentes ao ano de 2023, registraram 177.086 atendimentos a mulheres vítimas de violência, sendo que, em todos os casos, os agressores são homens (Couto, 2025). Já de acordo com o Mapa da Segurança Pública de 2025, quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil, mostrando uma crescente gradual no número de feminicídios no país, desde 2020 (Bertolaccini, 2025). Maria Mies e Vandana Shiva (2014), em sua obra intitulada *Ecofeminismo*, alertam para a intensificação e novas formas de violência contra a mulher à medida que o patriarcado tradicional se mescla ao patriarcado capitalista, cujo modelo econômico, paralelamente, aplica maior pressão sobre o meio ambiente, fabricando injustiças sociais, ambientais e ecológicas.

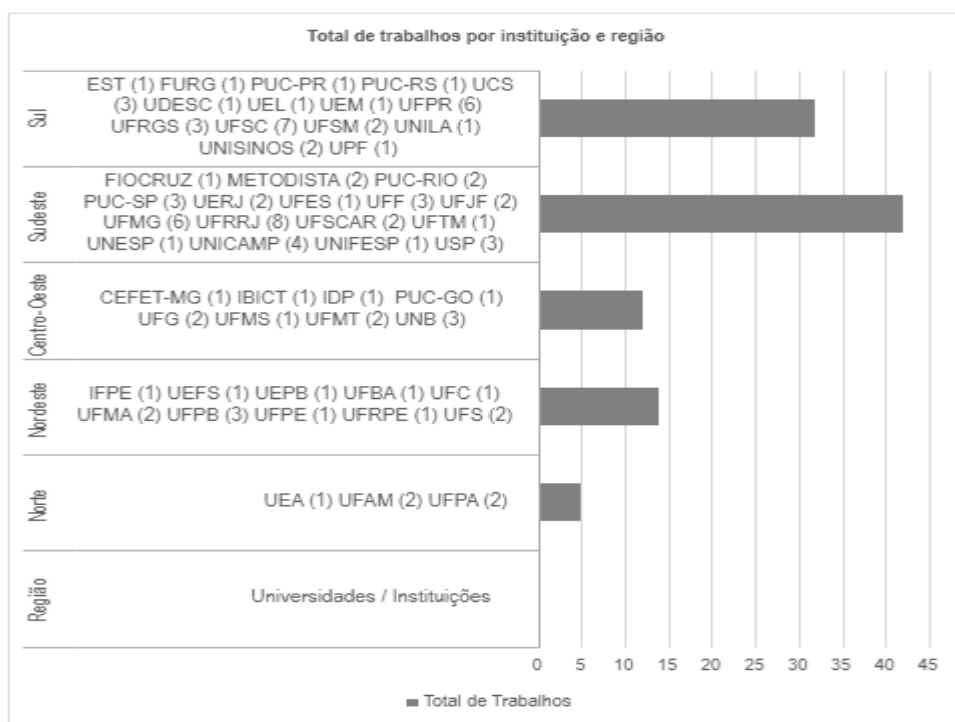
Com o fortalecimento de novas correntes ecofeministas na última década, como o ecofeminismo *queer*, também havia expectativa de que este recorte fosse abarcado em teses e dissertações. De todo modo, estamos cientes de que as escolhas dos temas dos trabalhos podem ter motivação pessoal da/do pesquisador/a e que a pesquisa defendida no mestrado ou doutorado é apenas uma etapa da caminhada acadêmica. Os resultados quali-quantitativos obtidos a respeito dos focos de pesquisa não expressam, portanto, a totalidade de temas discutidos e pesquisados nos grupos de estudo e trabalho dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que podem gerar, também, outros produtos, como artigos publicados em revistas e anais de congresso.

e) Volume de produção por instituição de ensino e região

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) se destaca pelo número de produções de teses e dissertações sobre ecofeminismo, totalizando oito (7,6%). Em segundo lugar, vem a Universidade Federal de Santa Catarina, com sete pesquisas (6,6%), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Paraná, cada uma com 6 trabalhos (5,7%).

A região do Brasil onde mais se produziu estudos de conclusão de curso foi o Sudeste (40%), seguido do Sul (30,5%), Nordeste (13,3%), Centro-oeste (11,4%) e Norte (4,8%). O Gráfico 2 apresenta-nos a proporção de trabalhos por instituição e região.

Gráfico 2 - Total de teses e dissertações sobre ecofeminismo separados por regiões do Brasil, a partir de dados da BDTD.



Fonte: Autoria própria.

Em relação ao volume de publicações por instituição de ensino e região, pesquisas futuras poderiam ajudar a compreender os dados aqui demonstrados. É certo que a UFRRJ tem tradição em estudos rurais e ecofeministas, mas precisaríamos averiguar os fatores que influenciam o volume de produções a respeito do tema. As linhas de pesquisa, centros de estudos, e o foco de pesquisa dos docentes das instituições poderiam motivar ou não o desenvolvimento de teses e dissertações acerca do ecofeminismo. O contexto territorial poderia ter, também, papel preponderante na escolha dos temas dos trabalhos.

Quanto ao volume de teses e dissertações ecofeministas por região, é preciso ter em mente que o aporte financeiro destinado às instituições varia de acordo com o número de alunos,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

número de docentes, infraestrutura física e logística, qualificação do corpo docente, produção científica, número de cursos, custo do curso, taxa de sucesso da graduação, entre outros critérios (Reis *et al.*, 2017). Isso determina a diversidade de oferta de cursos, número de vagas para discentes, e, também, produção de pesquisa. Outro aspecto a se levar em conta é que a quantidade de instituições por região não é equivalente, assim como a demografia. Para além desse ponto, algo que nos vem em mente sobre esses resultados é se as culturas regionais e seus movimentos sociais dialogam com as universidades de modo diferente a depender da região, e também se as necessidades específicas de cada região influenciam na escolha das teses e dissertações. Mas, como mencionado anteriormente, essas são indagações que merecem atenção futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não exaure as discussões sobre o ecofeminismo dentro dos espaços acadêmicos, sendo necessário, para uma melhor avaliação, contemplar igualmente a publicação de livros e artigos científicos. De todo modo, esperamos que os resultados expostos sirvam de base para estudos futuros, e que possam ter demonstrado parte da produção ecofeminista nos cursos de pós-graduação. Para Karoline Alves e Valéria Iared (2024), é crucial fomentar mais discussões acerca dos ecofeminismos, uma vez que eles transcendem a mera categorização de uma teoria crítica, manifestando-se como filosofia e lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo. Ainda de acordo com as autoras, o ecofeminismo é um precursor fundamental para promover diálogos, iluminando as interconexões entre a dominação humana sobre a natureza e a desigualdade entre homens e mulheres (Alves; Iared, 2024). Neste sentido, é pode-se constatar, através das teses e dissertações, que há interesse em se pensar gênero e meio ambiente, assim como alternativas ao desenvolvimento a partir de perspectivas plurais que buscam combater as formas de opressão e restaurar relações mais saudáveis entre o ser humano, os outros seres, e a natureza.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Héctor. En clave de sur: la ecología política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, Héctor et al. (org.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

ALVES, K. M.; IARED, V. G. Ecofeminismo e a formação do sujeito ecológico: revisão da bibliografia recente (2013 a 2023). **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e13834, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e13834. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13834>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1a Ed., 2016.

BERTOLACCINI, Ana Julia. Femicídio: quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil. **CNN Brasil**. São Paulo, 11 Jun. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/femicidio-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil/>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CECCON, Sheila; COMPIANI, Maurício; HOEFFEL, João Luiz M. Estudo de Caso do Programa de Educação Ambiental Fruto da Terra: a pedagogia de projetos como estratégia para a educação ambiental crítica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Franca (SP), v. 4, n. 1, p. 37–62, jul. 2009.

CHASSOT, Attico Inácio. **A ciência é masculina?: é sim, senhora!**. Editora Unisinos, 2004.

COUTO, Camille. Brasil tem dez mulheres assassinadas por dia, segundo Atlas da Violência. **CNN Brasil**. Rio de Janeiro, 19 Mai 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-dez-mulheres-assassinadas-por-dia-segundo-atlas-da-violencia/>>.

CUNHA-GIABBAI, Gloria. Ecofeminismo latinoamericano. **Letras Femeninas**, v. 22, n. 1/2, p. 51-63, Primavera-Otoño, 1996.

DOLEY, Himajyoti. Variants of Ecofeminism: An Overview. **International Journal for Multidisciplinary Research (IJFMR)**, Bhavnagar, India, v. 7, n. 1, jan-fev 2025. Disponível em: <<https://www.ijfmr.com/papers/2025/1/36445.pdf>>.

DUARTE, Constância Lima. 2019. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GIFE. **Relatório aponta retrocessos na promoção e garantia dos direitos humanos no Brasil**. Notícias. 30 nov. 2020 <<https://gife.org.br/relatorio-aponta-retrocessos-na-promocao-e-garantia-dos-direitos-humanos-no->



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ULLOA, Astrid. Ecología política feminista latinoamericana. *In* ZURIA, Ana L.; CENTENO, Ericka F.; GUTIÉRREZ, Margarita V. **Feminismo Socioambiental: revitalizando el debate desde América Latina**. Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020. P. 75-104.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

